

pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.



**Um caminho para
melhores
Respostas Sociais**

**SCORE RH vence
Prémio de Boas Práticas**

**A fraude e a evasão
contributiva e prestacional**



DECLARAÇÕES DE REMUNERAÇÕES

ENTREGA EM WWW.SEG-SOCIAL.PT

A partir de **Março de 2011**, a **entrega** das **Declarações de Remunerações** passa a ser feita **obrigatoriamente** através da **Segurança Social Directa**, em **www.seg-social.pt**, até dia **10** do mês seguinte àquele a que as mesmas dizem respeito.

As Declarações de Remunerações relativas ao mês/referência Dezembro de 2010, são entregues e pagas até dia 15 de Janeiro de 2011.

As Pessoas Singulares Entidades Empregadoras com apenas um trabalhador ao serviço, podem continuar a entregar as Declarações de Remunerações em suporte papel.

Editorial

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo
Instituto da Segurança Social, I.P.

2010 foi o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Apesar de muitas vozes considerarem uma ironia a escolha desta temática para um dos anos mais difíceis, o que é certo é que a decisão tomada em 2008, longe da crise que vamos vivendo, terá sido uma opção mais pertinente do que à data poderia prever-se.

A crise que atravessamos veio abalar a segurança e tranquilidade em que vivíamos. Mexeu com o conforto dos direitos adquiridos e da qualidade de vida alcançada.

A pobreza existia, é um facto, mas era vista por muitos como distante. Como a fatalidade de um pequeno grupo.

Mas com a crise, os alicerces em que as nossas vidas assentavam tremeram. Afinal, não acontece só aos

outros. Afinal, as dificuldades, as angústias, as incertezas, também podem bater à minha porta.

2010 quis alertar para o flagelo da pobreza e da exclusão social, identificando as suas causas, mas apontando também caminhos, soluções, alternativas. Fizemos o percurso ao longo do ano com grande intensidade e com a esperança de ter contribuído para um alertar de consciências e, dessa forma, para o alcançar de uma sociedade melhor.

Depois do alerta e da mobilização para a acção, chegou a hora de agirmos. O Ano Europeu do Voluntariado, que agora se inicia, traz-nos a oportunidade de participarmos na mudança. Deixemos de ser apenas actores passivos, para passarmos também nós a escrever o guião e assim podermos construir uma estória com final feliz para todos.

Ficha Técnica

Proprietário e Editor

Instituto da Segurança Social, I.P.
NIF: 505 305 500

Director

Edmundo Martinho

Coordenação

Ana Paula Martins
Maria João Quedas

Supervisão Técnica

Dina Moura

Secretariado

Isabel Ferreira
Natalina Luís

Conselho Editorial

Ana Isabel Carvalho, Ana Paula Revez, Arlindo Cardoso, Clemente Galvão, Inês Andrade, Leocádia Flores, Mateus Teixeira, Maria da Conceição Ferraz, Maria Fátima Andrade, Maria José Ferreira, Maria da Luz Claro, Mónica Baptista, Rita Cortes Castel-Branco, Susana Carmona, Tânia Fernandes, Teresa Bomba, Vanda Silva Nunes.

Colaboraram nesta edição

Alain Rodrigues Machado, Alexandra César, Alexandra Sequeira, Ana Teresa Sousa, Clara Guterres, Cláudia Silva, Equipa Coordenadora do POCIQ, Equipa do AECPEs 2010 de Palmela, Equipa Técnica de Apoio ao AECPEs 2010, Helena Ramos, Inês Andrade, Liliana Monteiro, Maria João Falcato de Almeida, Nuno Lourenço, Paulo Santos, Rede Europeia Anti-Pobreza

Redacção e Assinatura

Rua Rosa Araújo, 43 • 1250-194 Lisboa
Tel.: 213 102 000 • Fax: 213 102 090
E-mail: m.joao.quedas@seg-social.pt

Data de Publicação

Dezembro de 2010

Periodicidade

Trimestral

Design e Paginação

Futuro Publicidade, Lda
Avenida de Berna, 11 - 2º • 1050-036 Lisboa

Impressão

SOGAPAL - Sociedade Gráfica da Paiã, S.A.
Av. dos Cavaleiros, 35-35A • Portela da Ajuda • 2795-626 Carnaxide

Tiragem

32 000 exemplares

Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em www.seg-social.pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.
É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Sumário

Editorial	1
SCORE RH vence Prémio de Boas Práticas no Sector Público	3
Encontro Nacional Horizontes de Mudança na Violência às Pessoas Idosas	4
Um caminho para melhores Respostas Sociais Os últimos cinco anos	5
MTSS celebra acordo de cooperação com Instituições de Solidariedade Social	9
Candidaturas à 7ª Edição do Prémio de Jornalismo Famílias na Comunicação Social	10
6ª Edição do Prémio de Jornalismo A Família na Comunicação Social	11
POCIQ - Portal do Conhecimento para a Inovação e Qualidade	13
II Encontro Nacional de Adopção	14
A fraude e a evasão contributiva e prestacional A tutela penal e o papel dos Núcleos de Investigação Criminal	15
Conferência Internacional do Movimento Europeu	17
Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social Balanço das actividades do 4º trimestre	18
Balanço do Ciclo de Encontros do CRC no âmbito do AECPEs	22
Projecto Entre Todos	24
Projecto "Como são a pobreza e a exclusão social no concelho de Palmela?"	25
Entrelaçar... Olhares, vontades e ideias por uma inclusão social na Península de Setúbal	26
Campanha de sensibilização sobre Violência Contra as Pessoas Idosas	27
Ecos	28
Sites: Voluntariado	30
Bibliografia Temática: Igualdade de Oportunidades	31



O Projecto Score RH, do Instituto da Segurança Social (ISS), foi um dos vencedores da 8ª Edição do Prémio Boas Práticas no Sector Público, com o Prémio Melhoria de Processos, na categoria Administração Central Indirecta e Instituições de Utilidade Pública.

O Vogal do Conselho Directivo do ISS, António Nogueira de Lemos, esteve presente na cerimónia da entrega dos Prémios, que teve lugar no passado dia 11 de Novembro, tendo recebido o referido Prémio das mãos de Maria de Belém Roseira, uma das 12 personalidades que integraram o júri desta edição.

O Projecto Score RH teve como principal objectivo reestruturar e modernizar o ISS, através da criação de Serviços Comuns. Foi feita uma reengenharia de processos, visando a harmonização dos mesmos e orientada ao cliente e aos resultados. Foi também implementado um Centro de Contacto, o RH Directo, cuja função é apoiar e atender os colaboradores do ISS de uma forma eficaz, eficiente e atenciosa, bem como gerir e responder às solicitações efectuadas a este Serviço.

Depois de diversas reestruturações, o ISS é actualmente constituído pelos Serviços Centrais, por 18 Centros Distritais, pelo Centro Nacional de Pensões e pelo Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, integrando cerca de 11.000 trabalhadores. Foi precisamente a estes colaboradores que António Nogueira de Lemos dedicou este Prémio, pela enorme capacidade de mudança demonstrada ao longo da implementação do Projecto, apesar de toda a pressão implicada neste processo.

O Score RH surge de uma candidatura efectuada ao Programa Operacional da Administração Pública (POAP) e destina-se à modernização dos sistemas e dos procedimentos, inscrevendo-se na estratégia de modernização da Administração Pública, contemplada no Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), que visa fundamentalmente a simplificação, racionalização e automatização dos procedimentos.

Podem concorrer ao Prémio Boas Práticas no Sector Público entidades do Sector Público Administrativo Português, bem como Instituições de Utilidade Pública, Instituições Públicas de Ensino e Entidades Prestadoras de Serviços de Saúde que integrem o Sector Empresarial do Estado.

Esta iniciativa surgiu em 2002, com o objectivo de promover a partilha de conhecimentos entre entidades em situações similares, através da divulgação de projectos que melhoraram a prestação do Estado. É, neste sentido, um prémio que pretende reconhecer a inovação e o desenvolvimento que os serviços públicos vão oferecendo em Portugal. □



Encontro Nacional Horizontes de Mudança na Violência às Pessoas Idosas



Maria João Falcato de Almeida

Unidade de Promoção de Autonomia
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.joao.almeida@seg-social.pt

"Desconfiai do mais trivial,
Na aparência do singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceites o que é de hábito
como coisa natural, pois em tempo de desordem (...),
de confusão organizada
de arbitrariedade consciente
de humanidade desumanizada,
Nada deve parecer natural
Nada deve parecer impossível de mudar."

Bertolt Brecht (1898-1956)

A prevenção e combate à violência praticada contra as pessoas idosas, sendo uma situação de privação dos direitos humanos fundamentais, impõe-se, nos dias de hoje, como um compromisso que é de todos nós e que exige uma acção concertada de todos os actores, aos mais diversos níveis.

Atento a esta realidade, o Instituto da Segurança Social (ISS) irá promover um Encontro Nacional denominado "Horizontes de Mudança na Violência às Pessoas Idosas", que decorrerá nos próximos dias 20 e 21 de Janeiro de 2011.

Com o objectivo de actuar na prevenção das situações de violência nos diferentes contextos (familiar, institucional e social), de contribuir para a compreensão, visibilidade e sensibilização da opinião pública para esta temática, ao longo dos dois dias de trabalho contar-se-ão com os contributos de reputados especialistas nacionais e estrangeiros, de diferentes áreas das Ciências Sociais, assim como de representantes e intervenientes do sector público e do terceiro sector que têm perspectivado esta questão na prática. Pretende-se desta forma promover um espaço de partilha, reflexão e discussão em torno desta realidade, que, associado ao aumento demográfico de pessoas idosas, tem vindo a ganhar expressão na nossa Sociedade.

No primeiro dia (20 de Janeiro de 2011), denominado de "A Realidade Oculta da Violência às Pessoas idosas", procurar-se-á fazer um "ponto de situação", uma primeira abordagem sobre o fenómeno da violência, com uma Conferência Inaugural sobre o tema "Envelhecer em Portugal", passando para enfoques nos diferentes contextos, familiar, institucional e social, onde serão abordados temas como:

- Família como Palco de Violência: dos mais novos aos mais velhos
- Violência no Contexto Feminino

- Cuidar o Cuidador - Heróis do Quotidiano
- Pontos de Vista: A Representação Social da Velhice
- Contornos da Violência às Pessoas Idosas
- A Violência contra as Pessoas Idosas: Problema Individual ou Responsabilidade Social?

Com o intuito de se perspectivar planos de prevenção e actuação para esta realidade, passando pela consciencialização dos principais intervenientes e da opinião pública em geral, no segundo dia (21 de Janeiro de 2011) procurar-se-á dar enfoque à promoção de "Horizontes de Mudança", revelando um compromisso importante para se encontrarem soluções humanamente dignificantes para a população idosa. Neste sentido, os temas versarão sobre a importância da Sexualidade nas Pessoas Idosas, das boas práticas e da promoção do bom trato, na protecção dos direitos, e serão também abordados conteúdos como:

- Educar para a diferença
- Recomendações Básicas para Promover o Bom Trato
- Novas Perspectivas de Actuação: Programas e Instrumentos de Intervenção
- Combater a Violência Promovendo os Direitos
- O Processo de Interdição / Inabilitação

O encerramento deste Encontro Nacional pretende evidenciar igualmente a responsabilidade da Comunicação Social e da Cultura como impulsionadores dos Direitos das Pessoas Idosas e de uma imagem social digna, contando com a participação de actores, jornalistas, escritores e músicos do contexto nacional.

Neste tempo de envelhecimento deve ser reconhecida esta dimensão da violência como prioritária, começando por:

- Resgatar no próprio a condição de sujeito para assumir os seus desejos e expectativas, fazer o que gosta, viver e exercer a sua cidadania;
- Promover a transformação da imagem negativa da velhice, através do conhecimento e reconhecimento do fundamental papel das pessoas idosas na sociedade;
- Assegurar a implementação de políticas públicas humanamente dignificantes e adaptadas à necessária protecção da pessoa idosa, não numa perspectiva da compensação, mas entendida como um Direito;
- Repensar o envelhecimento em todas as suas dimensões, pois só assim estaremos preparados para o futuro.

Promover o debate e acções necessárias de prevenção e intervenção neste fenómeno é o nosso compromisso. Os silêncios reflectem complicitades com as diferentes formas de agressão... □



Clara Guterres
Cláudia Silva
Paulo Santos

Unidade de Respostas Sociais
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.clara.guterres@seg-social.pt
claudia.f.silva@seg-social.pt
paulo.j.santos@seg-social.pt

Um caminho para melhores Respostas Sociais Os últimos cinco anos

As organizações públicas e da sociedade civil organizada, assumem cada vez mais uma postura proactiva perante as suas comunidades e estão mais atentas às questões sociais, aos acontecimentos políticos e aos factos económicos mundiais, pelo que o planeamento de políticas sociais aptas a responder aos novos desafios e exigências, adquire um significado cada vez maior como uma necessidade para o presente e um investimento a considerar para as gerações futuras.

Deste modo, a co-responsabilidade dos vários sectores é preponderante para a redução das desigualdades e para a promoção do bem-estar colectivo. Deve construir-se com base em relações de parceria e compromisso, que respeitem os cidadãos, que apelem à sua participação activa, que contribuam para o seu crescimento e a sua realização pessoal, valorizando a diversidade e o desenvolvimento de um clima de justiça social pautado por valores e princípios que vão além dos ditames legais e da mera vontade individual.

Estas preocupações são também intrínsecas ao próprio funcionamento do Estado e, em particular, da Segurança Social. Os últimos cinco anos testemunham o largo investimento levado a cabo pelo Instituto da Segurança Social (ISS) no sentido de melhorar os seus processos internos e a sua intervenção, assumindo claramente a responsabilidade

de garantir mais e melhores respostas a disponibilizar aos seus clientes, com o compromisso de aumentar a sua produtividade para níveis de excelência, melhorando tempos de resposta, avaliando permanentemente o desempenho dos serviços e dos seus colaboradores. O grau de exigência aumentou, apostou-se na inovação e na alteração de todo o modelo organizacional através da racionalização de estruturas, reengenharia e harmonização de processos, nomeadamente no campo da Acção Social, dos quais se destacam as relações de cooperação e apoio técnico às IPSS ou instituições equiparadas.

A cooperação entre o Estado e estas instituições assenta num compromisso de parceria, traduzido na partilha de objectivos e interesses comuns, mas também de obrigações e responsabilidades que visam a promoção da equidade e justiça sociais, procurando constantemente mais e melhores benefícios para as populações.

O modelo de cooperação actualmente em vigor prevê que as instituições complementem as responsabilidades do Estado na protecção social dos cidadãos, e tem por objectivo fazer face as alterações demográficas, garantindo a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar. O financiamento público das Respostas Sociais é um dos vectores principais deste compromisso e constitui a maior parte do

orçamento da acção social, anualmente transferido para as instituições de solidariedade, para garantia do normal desenvolvimento dos seus serviços e actividades.

Qualquer que seja o cenário a implementar no futuro na área da cooperação entre o Estado e as instituições de solidariedade, a uniformização de procedimentos, a clarificação de papéis e de responsabilidades de todos os intervenientes, são fundamentais para manter e melhorar cada vez mais as condições de exercício desta mesma Cooperação.

É neste sentido que se entende que o investimento público não se esgota no financiamento/incentivo ao funcionamento da Rede de Equipamentos Sociais, consubstancia-se também na aposta em criar novos instrumentos técnicos e em formar/qualificar o apoio técnico dos Serviços de Segurança Social ao funcionamento das Respostas Sociais, com vista a melhorar o nível de informação, orientação e apoio às mesmas na gestão e intervenção dos serviços que desenvolvem. Neste contexto, foi fundamental a uniformização de procedimentos e uma clarificação quanto ao papel dos serviços descentralizados da Segurança Social no relacionamento com as Instituições, apostando na exigência técnica e supervisão das condições de exercício dos Acordos de Cooperação.

Em 2006 iniciaram-se os trabalhos para a elaboração do **Manual de Apoio Técnico aos Acordos de Cooperação**, com o objectivo de se construir uma base sólida de conhecimento e informação sobre o acompanhamento técnico ao funcionamento das Respostas Sociais. Este manual foi elaborado pela Unidade de Respostas Sociais do Departamento de Desenvolvimento Social, e os seus conteúdos discutidos e validados pelas suas áreas funcionais, equipas distritais da área da cooperação e por outros departamentos dos Serviços Centrais do ISS. Em Janeiro de 2008 o manual foi disseminado por todos os distritos, seguindo-se um conjunto de acções de formação a todos os técnicos sobre os processos-chave que o compõem. A sua utilização por todos os Centros Distritais permitiu deste então, não apenas harmonizar/uniformizar o acompanhamento da execução e avaliação dos Acordos de Cooperação, como também apoiar o desenvolvimento de mais e melhores práticas no exercício da cooperação com as IPSS.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 64/2007, de 14 de Março, foi ainda elaborado o documento "Processo de Licenciamento das Actividades dos Estabelecimentos de Apoio Social". Este documento integra os procedimentos ao nível do licenciamento e acompanhamento das Respostas Sociais de natureza lucrativa, tendo sido aprovado pelo Conselho Directivo do ISS em 28 de Janeiro de 2009. Ainda no primeiro trimestre de 2009 foram ministradas acções de formação a todos os técnicos dos Centros Distritais do ISS com responsabilidades neste processo.

Ainda neste âmbito foi desenvolvido um sistema de informação (SISS-COOP), em produção desde 2008, que permite através de uma única base de dados (actualizada sempre que se verifica alguma alteração na gestão dos Acordos de Cooperação) a harmonização entre dados das áreas financeira, de planeamento e os serviços descentralizados, ferramenta que contribui para aumentar a eficiência na gestão dos processos de registo de IPSS, celebração/revisão dos acordos de cooperação e de gestão; instrução dos processos de licenciamento e acompanhamento das respostas sociais.

Mais valias do Manual de Apoio Técnico aos Acordos de Cooperação

- Referencial que agrega num só documento todos os procedimentos uniformizados e todos os instrumentos legais que sustentam o trabalho de cooperação com as IPSS e/ou instituições equiparadas em todos os distritos;
- Melhoria da qualificação/conhecimento dos técnicos em matéria de cooperação e melhoria dos recursos disponibilizados para a área da cooperação (PC e viaturas);
- Aumento da produtividade e aumento da satisfação dos colaboradores a partir do momento em que passaram a dispor de um instrumento de trabalho que sintetiza todas as actividades que devem levar a cabo no âmbito das suas responsabilidades;
- Melhor gestão do orçamento da Acção Social através da implementação dos procedimentos do manual e da aplicação informática que permitiu reduzir custos, nomeadamente através do melhor controlo das frequências dos utilizadores das respostas e respectiva comparticipação da Segurança Social;
- Melhoria da utilização da aplicação informática SISS-COOP e sua permanente actualização ao mesmo tempo que decorrem todos os procedimentos previstos;
- Conhecimento/monitorização pormenorizados do nº equipamentos/Respostas Sociais existentes com acordo de cooperação no território continental, nº e tipologia dos acordos, caracterização de todos os quadros de pessoal das Respostas Sociais, caracterização dos utilizadores das Respostas e valores pagos;
- Aumento do grau de cumprimento das exigências legais por parte das instituições;
- Complementaridade do Manual com o Sistema de Gestão da Qualidade das Respostas Sociais.



A implementação em 2003 do Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais introduziu também uma nova estratégia para a promoção da melhoria da qualidade, produtividade e sustentabilidade dos serviços de apoio social. Com este programa foi criado um conjunto de instrumentos de apoio às instituições, nomeadamente as **Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais - RTES**, com vista à promoção da segurança e qualidade do edificado. Para esse efeito foi celebrada uma parceria entre o ISS e o Laboratório

Nacional de Engenharia Civil (LNEC), sendo possível conceber um conjunto de requisitos mínimos para a construção de novas Respostas Sociais e adaptação das existentes. No âmbito deste programa foi também desenvolvido um segundo eixo de trabalho que culminou nos **Referenciais de Gestão da Qualidade das Respostas Sociais** que definem os requisitos para a avaliação da qualidade, apoiando o desenho de processos-chave e o desenvolvimento de ferramentas para a avaliação do grau de satisfação de clientes, colaboradores e parceiros dos serviços e equipamentos de apoio social.

Porque a gestão da qualidade se assume como alavanca para o aprofundamento e desenvolvimento da capacidade de resposta às crescentes e mais complexas necessidades sociais dos cidadãos e da sociedade em geral, em 2005 disponibilizaram-se os primeiros referenciais de qualidade para as Respostas Sociais Creche, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. Seguiram-se em 2007 os referenciais para as respostas Centro de Actividades Ocupacionais, Lar Residencial, Centro de Acolhimento Temporário e Lar de Infância e Juventude. Em 2008 foi publicada e a Estrutura Residencial para Idosos e finalmente, em 2010, o referencial destinado à qualificação da Resposta Social Acolhimento Familiar.

Com o objectivo de se constituir um referencial normativo que permita avaliar a qualidade dos serviços prestados, e partindo da implementação dos referenciais de qualidade do ISS, foi concluído em 2009 o **Sistema de Qualificação das Respostas Sociais (SQRS)**, especificamente criado atendendo às características de funcionamento dos serviços e equipamentos de apoio social a ser implementado pelas instituições. A certificação do sistema, levada a cabo por uma entidade qualificadora externa, independente e acreditada pelo Instituto Português de Acreditação e no âmbito do Sistema Português da Qualidade, será a evidência do cumprimento dos requisitos estabelecidos nos modelos de avaliação e permite a obtenção da marca "**Resposta Social Certificada**", legalmente registada (aplicada de acordo com as regras e os procedimentos do SQRS), oficialmente apresentada no seminário "Melhores Respostas Sociais - a Qualidade enquanto desafio" realizado pelo ISS a 8 de Maio de 2009.

Muitas têm sido também as iniciativas que ao longo do país se têm realizado para reflexão e troca de experiências sobre a qualidade das Respostas Sociais. Desde 2006 que a Unidade de Respostas Sociais, do Departamento de Desenvolvimento Social, tem respondido positivamente ao desafio lançado por muitas organizações, e foram várias as participações em workshops, seminários e encontros sobre esta temática, no sentido de fomentarmos, cada vez mais, o interesse e empenho das instituições para as questões da qualidade.

Mais de 100 Respostas Sociais implementaram já práticas de qualidade utilizando como referência os instrumentos de gestão da qualidade do ISS e, até ao mês de Outubro de 2010, 7 já obtiveram a Marca Resposta Social Certificada (1 Serviço de Apoio Domiciliário; 3 Creches; 2 Centros de Dia e 1 Estrutura Residencial para Idosos).

Benefícios qualitativos e factores determinantes para o sucesso do SQRS

- Melhoria do funcionamento dos equipamentos sociais que desenvolvem as Respostas Sociais para as quais foi criado o modelo de avaliação que constituem um universo de mais de 7.800 Respostas;
- Universalidade do sistema aplicando-se a todas as Respostas Sociais, estejam estas enquadradas em Estabelecimentos Integrados, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Entidades com fins lucrativos assegurando aos seus beneficiários/clientes, uma rede de equipamentos que, independentemente da sua natureza jurídica, oferecem serviços com o mesmo nível de qualidade que obedecem a regras e orientações equitativas de funcionamento;
- Utilização mais eficiente e eficaz dos recursos disponibilizados e garantia de sustentabilidade e viabilidade dos serviços e equipamentos de apoio social através da mudança organizacional, da reestruturação e diversificação das Respostas;
- Melhoria da relação entre o Estado e as instituições de apoio social, capacitando-as para responder não apenas em quantidade, mas particularmente em qualidade, garantindo os serviços necessários a todos os cidadãos, privilegiadamente aos que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade;
- Aumento da competitividade do sector e maior confiança dos clientes actuais e potenciais e criação de uma cultura de gestão e melhoria contínua nas organizações;
- Aumento do grau de qualificação de dirigentes e colaboradores das instituições;
- Aumento da satisfação e redução das reclamações dos clientes das Respostas Sociais;
- Sistema que reflecte uma necessidade sentida pelas instituições que apostam num trabalho de qualidade, e no qual a eficácia e eficiência das acções desenvolvidas concorrem directamente para uma gestão qualificada;
- Reconhecimento da parte da gestão de topo do ISS da importância deste projecto ao nível da articulação de saberes e experiências, do planeamento, da execução das acções que se podem desenvolver e do efeito sinérgico que o mesmo pode surtir na melhoria do funcionamento das instituições e da qualidade dos serviços que disponibilizam aos cidadãos;
- Maior sensibilidade e abertura das instituições para as questões da qualidade e a sua importância em termos de competitividade e sustentabilidade futuras;
- Referenciais claros, inteligíveis para todas as partes interessadas, permitindo a auto-avaliação das Respostas Sociais e a sua avaliação por entidades externas independentes;
- Diminuição dos recursos FTE do ISS no que se refere ao acompanhamento técnico do funcionamento das Respostas Sociais, uma vez que as instituições certificadas não necessitarão de um acompanhamento tão regular.



A aposta no desenvolvimento das acções necessárias para que o sistema seja implementado e para que os requisitos do modelo (em especial os de nível C) possam rapidamente estar assegurados em muitas instituições é o desafio que agora se coloca. Para tal, e no âmbito das suas competências, o ISS presta apoio às instituições que voluntariamente queiram implementar o SQRS, através do apoio técnico prestado pelas equipas locais da cooperação, por intermédio dos interlocutores distritais para a área da qualidade, de acções de informação e, particularmente, através da disponibilização dos referenciais em suporte papel e digital. O ISS é o primeiro organismo público a nível europeu a criar e a disponibilizar gratuitamente estes tipo de referenciais para as organizações de apoio social.

Importará no futuro definir indicadores para avaliar a implementação do SQRS, os seus resultados e impacto no funcionamento e na qualidade dos serviços prestados, bem como as eventuais alterações ao sistema que possam decorrer desta implementação. Este é um processo de melhoria contínua não só do funcionamento das Respostas Sociais, mas também do próprio modelo de avaliação, sujeito a aperfeiçoamentos que resultem do contributo de todos. É aliás neste sentido que em 2010 será disponibilizada a 2ª edição revista dos Manuais da Qualidade das Respostas Sociais Creche, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Com o sistema já estruturado, a criação da Marca de Qualidade e uma vez alargado o universo de Respostas Sociais Certificadas (que atestem a eficácia do modelo), estarão reunidas as condições para trabalharmos a possibilidade deste sistema constituir-se como uma Norma de Qualidade reconhecida ao nível nacional e até mesmo europeu.

Este é pois o novo caminho que se abre para as Respostas Sociais: o caminho da solidez, da eficiência e rigor, só possível

de percorrer com o empenho das próprias instituições mas, muito particularmente, com o compromisso e a estratégia do ISS em aperfeiçoar, por um lado, o modelo de cooperação, através das suas equipas distritais que apoiam de forma qualificada e profissional o funcionamento das Respostas Sociais e, por outro, disponibilizando às próprias instituições o sistema de qualificação das Respostas Sociais, sendo que a complementaridade de ambos é fundamental para percorrermos da melhor forma este novo caminho.

Assegurar que as instituições fortaleçam cada vez mais os seus serviços, que os mesmos se rejam por critérios de qualidade e que respondam às expectativas de quem as procura para fazer face às suas necessidades é o grande objectivo. E porque este sector está cada vez mais eficiente e exigente na prestação dos seus serviços, também o rigor e a responsabilidade de quem acompanha o seu funcionamento deve ser levado a cabo no mesmo registo.

Neste sentido, e num compromisso de cooperação responsável e transparente, é necessário continuar a ver reforçada a relação entre o Estado e as instituições, capacitando-as para responder não apenas em quantidade, mas particularmente em qualidade e diversidade, garantindo os serviços necessários a todos os cidadãos, privilegiadamente aos que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade social.

Em jeito de conclusão, consideramos que muito tem sido feito na melhoria da qualidade das Respostas Sociais, com o contributo dos Serviços Centrais do ISS, mas particularmente com o esforço dos técnicos dos serviços descentralizados.

Este é um caminho que está apenas iniciado. Só com o contributo de todos acreditamos ser possível atingir a excelência nas Respostas Sociais. □



MTSS celebra acordo de cooperação com Instituições de Solidariedade Social

Inês Andrade

Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.ines.andrade@seg-social.pt

No dia 21 de Dezembro, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) celebrou o Acordo Anual de Cooperação com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades, com o objectivo de dar continuidade ao compromisso no combate à exclusão, na promoção de mais justiça social e no desenvolvimento de serviços fundamentais às populações e ao apoio às famílias.



A cerimónia, realizada no Centro Cultural de Belém, foi presidida pelo Primeiro-ministro, José Sócrates, e contou com a presença da Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Maria Helena André, do Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Serrão, e dos representantes das Instituições de Solidariedade Social que assinaram o Acordo Anual de Cooperação:

O Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Alberto Ramalheira



O Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel de Lemos



O Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, Padre Lino Maia



Acordo Anual de Cooperação

Maria Helena André, afirmou que este Acordo contribui para continuar a criar condições para a promoção da coesão social, reforçando o desenvolvimento da Rede de Equipamentos Sociais, incrementando o apoio às crianças, aos idosos - vítimas de solidão e isolamento - , às pessoas com deficiência e às pessoas vítimas de exclusão. Maria Helena André salientou que "as negociações para este Acordo assentaram num trabalho de confiança, que irá contribuir para a sustentabilidade destas instituições que são, elas próprias, geradoras de emprego".



No encerramento da cerimónia, o Primeiro-ministro ressaltou que "este Acordo é claramente o sinal de que o país quer fazer um esforço para o reforço dos laços sociais e da solidariedade". José Sócrates afirmou ainda que a prossecução das políticas sociais é bem visível ao compararmos os gastos do Estado. Se em 2005 o Estado gastava 17,5% da sua riqueza com prestações sociais, em 2011 o investimento será de 21%, representando cerca de 6.000 milhões de euros.



Este reforço da Rede de Equipamentos Sociais irá permitir uma melhoria das políticas de solidariedade e vai de encontro ao apelo lançado pelo Primeiro-ministro: "O país precisa de concertação e diálogo, o país precisa de compromisso e de união, precisa de fazer um esforço nacional". □

Candidaturas à 7ª Edição do Prémio de Jornalismo Famílias na Comunicação Social

As candidaturas à 7ª edição do Prémio de Jornalismo Famílias na Comunicação Social estarão abertas de 1 de Janeiro a 28 de Fevereiro de 2011.

Podem concorrer órgãos de comunicação social, jornalistas profissionais e colaboradores permanentes com trabalhos nas áreas da imprensa, rádio, televisão e multimédia, publicados e difundidos em Portugal entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro do ano anterior (2010) àquele da entrega do Prémio.

O prémio será atribuído em 2011, segundo novas regras que poderão ser consultadas no Regulamento disponível em www.seg-social.pt, pelo que será atribuído aos melhores trabalhos realizados por profissionais da comunicação social, nas categorias de imprensa, rádio, televisão e multimédia, cabendo a cada uma das quatro categorias o montante único e líquido de 3.000,00€ (três mil euros). Além do Prémio é possível a atribuição de menções honrosas.

O Prémio de Jornalismo Famílias na Comunicação Social tem por objectivo incentivar boas práticas e o debate sob a temática "família(s)". Este Prémio anual foi criado em 2005 e instituído em 2006, surgiu na sequência da comemoração do 10.º aniversário do Ano Internacional da Família e do Dia Internacional das Famílias.

Assinatura da Revista Pretextos

Caro(a) Leitor(a)

Se pretende ser assinante da Revista Pretextos
envie-nos o seu pedido para:

Redacção de Revista Pretextos

Rua Rosa Araújo, nº 43

1250-194 Lisboa

Fax: 213 102 095

E-mail: m.joao.quedas@seg-social.pt

Passará a recebê-la gratuitamente, na morada
que nos indicar, já a partir do próximo número!

Boas Leituras!

Revista disponível para *download* em
www.seg-social.pt

6ª Edição do Prémio de Jornalismo A Família na Comunicação Social

Inês Andrade

Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.ines.andrade@seg-social.pt

No passado dia 8 de Novembro realizou-se a cerimónia de entrega do Prémio de Jornalismo "A Família na Comunicação Social", que decorreu no auditório do Centro de Recursos em Conhecimento (CRC), do Instituto da Segurança Social (ISS), na Rua Castilho, nº 5, com a presença da Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Maria Helena André, da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Serrão, e do Presidente do Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho.



Este prémio, atribuído pelo ISS, vai já na sua 6ª edição, procurando reconhecer trabalhos jornalísticos que incentivem boas práticas e o debate sobre a temática "família(s)". O júri desta edição, com 112 trabalhos a concurso, foi constituído pelos jornalistas Conceição Lino, Fernanda Freitas e Eugénio Alves.



Maria Helena André entregou o Prémio a Miriam Alves, vencedora desta edição com a reportagem "Filhos de Pais em Guerra", transmitida no programa Grande Reportagem, da SIC, com imagem de Fernando Faria e edição de imagem de Ricardo Tenreiro. Esta reportagem fala-nos das situações de filhos de pais que travam batalhas após o divórcio e que, em muitos casos, transformam os filhos em órfãos de pais vivos. A natureza sensível do tema e a consequente dificuldade do seu tratamento é assim expressa pela premiada:

«Entre todas as reportagens que fiz em 12 anos de televisão, "Filhos de Pais em Guerra" foi, muito provavelmente, a que mais me custou fazer. Pelo tema, que é delicado, duro e cheio de ambiguidades - sobretudo quando falamos dos casos mais extremos e de alienação parental - pela dor das

personas que participaram na reportagem e sobretudo por saber que seria difícil para os filhos envolvidos ver a luta dos pais tão exposta. Se decidi levá-la até ao fim, foi por estar certa de que seria útil. Por ter a intervenção sábia da psicóloga e mediadora familiar Maria Saldanha. Por ter a magnífica entrevista da Diana Oliveira, que, aos 15 anos, disse tudo o que os pais precisam de ouvir para travar a tempo conflitos que podem facilmente descambar em danos irreversíveis para os filhos e para si próprios. Por ter o exemplo generoso de Inês Pinheiro, a mãe de Diana. Por ter também um exemplo do ponto a que se pode chegar quando não se previne a tempo uma batalha parental.

E foi, de facto, útil. O juiz António José Fialho - que explica na reportagem por que razão o sistema legal não tem condições para lidar com as delicadas questões da regulação das responsabilidades parentais - usou-a num ciclo de formação para advogados. Houve escolas que discutiram a questão tendo a reportagem como ponto de partida. Percebi, pelas dezenas de e-mails que recebi com reacções à reportagem, que é muito importante dedicar espaço informativo a este assunto.

Em maior ou menor escala, todos conhecemos casos de filhos de pais em guerra. Sabemos que pessoas que já foram tão próximas e tão íntimas ao ponto de fazerem um filho podem chegar a um ponto de não retorno, em que nem o amor a esse filho que partilham supera o que os afasta. Fazer esta reportagem fez-me perceber também que, aí chegadas, a maioria das pessoas não se reconhece nesse papel.

Por distinguir reportagens que incentivem boas práticas e o debate sobre a temática "família(s)", o prémio "A Família na Comunicação Social" deixa-me muito feliz.»



A primeira menção honrosa, entregue por Idália Serrão, foi atribuída a Teresa Botelho, com a peça "Filhos: Ter ou Não Ter?", transmitida pela RTP no programa Linha da Frente, com imagem de Carlos Oliveira e edição de imagem de Sara Cravina. Segundo Maria Helena André esta temática é cada vez mais comum nas nossas sociedades, tendo em conta os papéis que a mulher passou a assumir no mercado de trabalho e as próprias opções de vida que espelham as sociedades contemporâneas.



A segunda menção honrosa distinguiu a reportagem "O Silêncio dos Dias", de Maria Augusta Casaca, transmitida pela TSF, com sonoplastia de João Félix Pereira. O chefe de redacção Manuel Acácio recebeu esta distinção em representação da premiada. Esta peça fala-nos sobre a experiência de pessoas e famílias que vivem a problemática da surdez, de como a nossa sociedade apoia e cria condições para uma vida normal e para uma inclusão participada.

«Quando pensei fazer a reportagem "O Silêncio dos Dias", troquei ideias com a família, com os colegas, e todos me responderam: vais fazer uma reportagem sobre a surdez em rádio??? Impossível! Respondi que não, que iria conseguir levar até aos ouvintes da TSF os dramas, mas também as alegrias, a vivência dessas pessoas e famílias que vivem a problemática da surdez.

Neste trabalho ouvi pais, professores, jovens e adultos que vivem no dia a dia esta deficiência, tentei perceber os seus receios mas também os seus anseios e planos para o futuro. Fui conhecer um projecto inovador de ensino de educação musical para surdos na escola pública de Santo António, em Faro, que tenta ajudar os jovens com esta limitação a ultrapassar as suas dificuldades e a dar-lhes auto-estima. Em suma, a reportagem "O Silêncio dos Dias" tentou dar "voz" àqueles que vivem num mundo em surdina, surdos profundos que não conseguem fazer tarefas que a outras pessoas parecem tão básicas, como falar ao telefone, ouvir rádio ou até comunicar com a família. Espero ter conseguido alcançar o meu objectivo.»



A jornalista Gabriela Cerqueira viu a sua série de reportagens sobre famílias numerosas distinguida com a terceira menção honrosa. Esta série de reportagens foi publicada na revista Tabu, do Jornal Sol, ao longo de 2009, e pretendeu responder a este conjunto de questões:

«Como é o dia-a-dia de uma família numerosa? Que motivações levam alguns casais a contrariar a acentuada queda da natalidade e a aumentar a descendência? Até onde pode esticar o orçamento familiar? Como é possível conciliar o trabalho e a família quando se tem mais do que três filhos menores? Que papel desempenham os avós e familiares próximos no suporte da família?

Durante o ano de 2009, publiquei 40 reportagens, no âmbito da rubrica semanal Famílias Numerosas - da revista Tabu, do Semanário Sol - procurando esboçar respostas para estas e outras perguntas. Acompanhámos famílias numerosas em vários pontos do país, de todos os estratos sociais, de diferentes culturas e proveniências (muçulmanas, hindus, africanas, brasileiras, chinesas...), destacando o apurado sentido de enteadada e a capacidade de "descomplicar" que muitas destas famílias revelam. Encontrámos situações muito díspares, desde mães que abdicaram da sua profissão para se dedicarem exclusivamente à maternidade, a mães e pais que foram obrigados a acumular dois empregos para conseguirem suportar as despesas de uma família grande.

A série de reportagens terminou em Dezembro de 2009, pondo fim à rubrica Famílias Numerosas, tendo participado os repórteres fotográficos António Pedro Santos, Raquel Wise, José Sérgio e Paulo Alexandrino, bem como a produtora Paula Calisto.»



Segundo Maria Helena André, é fundamental que os media assumam um efectivo papel de responsabilidade social, contribuindo para o conhecimento e o respeito das diferenças, para a promoção de uma cidadania activa na construção do nosso futuro colectivo. Estes prémios são também, nas palavras da Ministra, a prova de que os media podem ajudar-nos a identificar problemas e caminhos para a sua resolução.

A diversidade de estruturas e de relações familiares que encontramos nas sociedades contemporâneas, bem como a constatação de que tudo faz parte, tudo está ligado à família, directa ou indirectamente, levou a que a jornalista Fernanda Freitas apresentasse a sugestão de alteração da designação deste Prémio, devendo passar a intitular-se "Famílias na Comunicação Social". □

POCIQ - Portal do Conhecimento para a Inovação e Qualidade

Equipa Coordenadora do POCIQ

pociq@mtss.pt

No quadro das suas atribuições e competências, nomeadamente nos domínios da Inovação e Qualidade, a Secretaria-Geral desenvolveu o projecto Portal do Conhecimento Para a Inovação e Qualidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, adiante designado POCIQMTSS.

O referido projecto foi coordenado por uma equipa dinamizadora da Direcção de Serviços da Inovação e Qualidade (DSIQ), com a participação de todos os serviços e organismos do MTSS, através de representantes nomeados para o efeito.

O POCIQ destina-se, numa primeira fase, a ser utilizado por todos os trabalhadores e/ou colaboradores do MTSS, encontrando-se técnica e funcionalmente preparado para poder vir a alargar o seu nível de acessibilidade a entidades externas ao Ministério, caso venha a manifestar-se adequado.

Face ao universo atrás referido, o Portal do Conhecimento apresenta como principais objectivos:

- Promover a Partilha - Promover a partilha de conhecimento e de experiências entre os diversos serviços e organismos do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social;
- Estimular a inovação - Estimular a partilha de ideias e a inovação que resultem em novas abordagens e métodos de trabalho;
- Divulgar as boas práticas - Divulgar as melhores práticas no âmbito do MTSS aos diversos serviços e organismos;
- Fomentar a reflexão conjunta - Fomentar a reflexão conjunta para a identificação de problemas partilhados e para a definição das respectivas soluções.

Em termos de macro-estrutura, o Portal do Conhecimento é constituído por menus temáticos (Qualidade e Excelência, Inovação e Modernização, Planeamento e Controlo de Gestão, Compras Públicas, Sistemas de informação, Comunicação e Imagem, Documentação e Gestão das Pessoas), por menus não temáticos (Sobre Nós, Contactos, Informação Geral, Multimédia, Newsletter, FAQs, Links e Mapa do Portal), e por outras funcionalidades (Login e Registo de Utilizadores, Últimas Notícias, Questionários, Estatísticas de Utilização, Agenda de Eventos, Discurso Directo e Fotos).

Os menus temáticos são geridos por equipas de trabalho constituídas pelos representantes dos diversos serviços e organismos ou outros elementos oportunamente designados, coordenadas por um dos elementos da equipa, por forma a garantir a necessária articulação entre os serviços e organismos



do MTSS, para a permanente manutenção e actualização de conteúdos. A gestão dos menus não temáticos e as outras funcionalidades são da responsabilidade da Secretaria-Geral, através de recursos humanos afectos à DSIQ, que assegura ainda a gestão global do Portal, em estreita articulação com os coordenadores das equipas temáticas.

O POCIQ é uma solução construída sob a plataforma JOOMLA, um Sistema de Gestão de Conteúdos (CMS - Content Management System) de código livre que permite criar e gerir todos os aspectos de um Web site. A solução está alojada em servidor no Instituto de Informática do MTSS.

Decorridos alguns meses após o lançamento do POCIQ, a equipa coordenadora renova o apelo a todos os colaboradores para visitarem com regularidade esta importante ferramenta por forma a potenciar activamente os objectivos subjacentes a este projecto inovador, fruto do empenho de todos os intervenientes.

Com efeito, a colaboração de todos os utilizadores deste Portal constitui a mais importante garantia do êxito dos objectivos de melhoria da qualidade e da inovação no MTSS.

Por razões de segurança, o acesso ao POCIQ requer o cumprimento de alguns procedimentos, tal como foi oportunamente divulgado junto dos interlocutores de cada serviço e organismo do Ministério.

Para qualquer esclarecimento adicional, poderá ser contactada a equipa coordenadora, através do e-mail institucional específico: pociq@mtss.pt. □



Ana Teresa Sousa
Unidade de Infância e Juventude
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
ana.t.sousa@seg-social.pt

II Encontro Nacional de Adopção

No passado dia 15 de Novembro, realizou-se no Auditório do Montepio, o *II Encontro Nacional de Adopção*. À semelhança da sua primeira edição, o evento teve como entidades organizadoras o Instituto da Segurança Social (ISS), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e a CrescerSer - Associação Portuguesa para o Direito de Menores e da Família. Assistiram aos trabalhos e participaram nos diversos momentos de debate cerca de duzentas pessoas, entre as quais técnicos e dirigentes do ISS e da SCML, bem como cidadãos com actividade cívica nas áreas da infância e juventude e da família, magistrados e particulares.

O *Encontro* deste ano foi subordinado ao tema *Capacidades Parentais - Como Avaliar?* A componente prática dos trabalhos traduziu-se numa primeira parte do programa preenchida pela exposição de casos práticos de avaliação e selecção de candidaturas pelas equipas de adopção, seguida de debate com intervenção do público. A parte da tarde contou com o contributo de olhares externos às equipas de adopção, trazendo-se para a mesa a discussão da interdisciplinaridade e das questões éticas levantadas pela relação das equipas com os candidatos avaliados, mas também pelo papel das primeiras na construção da normalização e da reparação implicadas na parentalidade adoptiva.

O encontro contou ainda com a intervenção de abertura do Presidente do Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho, que focou três questões, actuais prioridades do Instituto nesta matéria: Base de Dados da Adopção, instrumento importante na medida em que oferece eficácia e transparência ao processo de colocação de crianças em famílias com vista à adopção; o novo Modelo de Avaliação e Selecção de Candidatos à Adopção, projecto em construção, que visa uniformizar procedimentos

a nível nacional a partir de critérios tecnicamente definidos e consensualizados de forma multidisciplinar; finalmente referiu ainda a preparação do II Congresso Internacional de Adopção, a realizar em 2011, que reafirma e projecta a presença portuguesa num panorama técnico-científico que excede as fronteiras nacionais.



Finalmente, e a encerrar a jornada, o Presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, Armando Leandro, aludiu ao longo e rico percurso que a temática da Adopção tem feito ao longo dos últimos anos em Portugal, lembrando que em 1986 os técnicos e os magistrados portugueses se encontravam para discutir "O Sangue e o Afecto", hegemónica que era ainda a perspectiva biológica na abordagem da família.

Ficou marcado novo *Encontro* para o ano de 2011. □



Alain Rodrigues Machado

Núcleo de Investigação Criminal do Serviço
de Fiscalização do Centro
Instituto da Segurança Social, I.P.
alain.r.machado@seg-social.pt

A fraude e a evasão contributiva e prestacional

A tutela penal e o papel dos Núcleos de Investigação Criminal

O fenómeno genericamente conhecido por evasão fiscal, aqui incluída aquela que ora nos interessa da fraude e evasão contributiva e prestacional, tem constituído um problema crónico com que o Estado Português se tem deparado ao longo dos últimos anos, dir-se-ia mesmo, das últimas décadas.

Não obstante os assinaláveis progressos que têm sido alcançados nesta área, o certo é que se trata de uma luta que não tem fim e que é preciso mesmo incrementar, em particular em épocas como aquela em que vivemos, de crise económica e financeira global, em que, como é sabido, este tipo de fenómenos tem propensão para aumentar. Muitas explicações têm sido dadas para as proporções que este fenómeno atingiu. Uma coisa é certa: o mesmo é indissociável de uma fraca consciência ética colectiva relativamente às questões da fiscalidade (no sentido lato do termo) e da utilização de subvenções públicas. Consciência de que a incriminação de certos

comportamentos lesivos do sistema de Segurança Social e a intervenção da unidade orgânica do Instituto da Segurança Social (ISS) com competências nessa área - os Núcleos de Investigação Criminal (NIC) do Departamento de Fiscalização, podem - devem, ajudar a consolidar. Dúvidas não restam, porém, dos efeitos nefastos da evasão contributiva e prestacional: além de distorcer a livre concorrência, acaba por fazer impor, de uma forma ou de outra, sacrifícios acrescidos àqueles que cumprem as suas obrigações.

Além disso, põe em causa a própria sustentabilidade da Segurança Social, fortemente pressionada como está, como noutros países, em razão do crescente envelhecimento da população, de uma redução da taxa de natalidade - das maiores da Europa - do aumento da esperança média de vida e do aumento progressivo das prestações sociais inferior ao das contribuições.

Porém, nem todos os comportamentos que podemos incluir na aludida fraude e evasão contributiva e prestacional merecem gozar da protecção do direito penal, ou seja, a sua qualificação como crime.

Crime é todo o comportamento voluntário (acção ou omissão) do qual resulta a violação de normas penais - contidas no Código Penal ou em legislação avulsa - que visam proteger e salvaguardar os bens jurídicos fundamentais à sobrevivência da sociedade (ex: a vida, a integridade física, o património, etc.).

Hoje, é através da cobrança de impostos e das contribuições para a Segurança Social que o Estado realiza em grande parte os objectivos de justiça social que a sua dimensão democrática lhe impõe, satisfazendo as prestações necessárias à existência do indivíduo em sociedade e garantindo a todos uma existência em condições de dignidade. A realização destas exigências não só confere ao imposto e às contribuições sociais um carácter de meio privilegiado ao dispor de um Estado de Direito para assegurar as necessárias prestações sociais, como também alarga o âmbito do que é digno de tutela penal.

Como nota o conhecido autor Claus Roxin a este respeito: *"A garantia das prestações necessárias à existência constitui tarefa tão legítima do direito penal como a tutela de bens jurídicos."*

Não podemos olvidar que o direito à Segurança Social encontra consagração expressa na Constituição da República Portuguesa *"Todos têm direito à Segurança Social"* (artigo 63º), concretizando depois a Lei de Bases da Segurança Social (Lei nº 4/2007, de 16 de Janeiro, artigo 14º) *"é dever do Estado (...) criar as condições necessárias à efectivação do direito à Segurança Social e de organizar, coordenar e subsidiar o sistema de segurança social"*.

Legitimada e justificada a necessidade da intervenção do direito penal na protecção de bens jurídicos iminentes às áreas das contribuições e prestações do sistema de Segurança Social, façamos uma brevíssima referência aos principais ilícitos criminais que nesse âmbito foram consagrados pelo legislador no Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT - Lei nº 15/2001, de 5 de Junho) e o papel desempenhado pelos Núcleos de Investigação Criminal do Departamento de Fiscalização do ISS.

Quanto aos crimes previstos no RGIT, o diploma distinguuiu entre crimes tributários comuns (que podem ser praticados contra a Segurança Social e a Fazenda Pública) e os crimes específicos contra a Segurança Social.

Do primeiro grupo fazem parte o crime de Burla Tributária, em que o agente é um beneficiário que acede indevidamente a prestações por recurso a falsas declarações e o crime de Frustração de Créditos, normalmente cometido por contribuintes que dissipam o seu património com intenção de frustrar a cobrança da dívida por parte da Segurança Social.

Do segundo grupo, fazem parte o crime de Fraude, passível de ser praticado por entidades empregadoras e trabalhadores independentes (normalmente ocultando ou

alterando factos ou valores com vista ao não pagamento de contribuições), mas também por beneficiários, visando o acesso indevido a prestações.

As penas aplicáveis são a multa e a prisão, esta com uma moldura penal balizada entre os 2 e os 8 anos, nos casos mais graves.

Quanto à intervenção dos NIC's, ela ocorre na fase de inquérito, ou seja, em termos sintéticos, a fase em que se faz a investigação e recolha das provas sobre a existência de um crime e as pessoas que o praticaram. Para tanto, o RGIT atribuiu ao ISS (e por força dos normativos que disciplinam a organização interna e as competências no ISS, aos NIC's do Departamento de Fiscalização) os poderes e funções que o Código de Processo Penal atribui aos órgãos de polícia criminal. Podemos assim qualificar os Núcleos de Investigação Criminal do Departamento de Fiscalização do ISS como verdadeiros órgãos de polícia criminal, neste caso, de competência específica.

Assim, desde a aquisição da notícia do crime (v.g. proveniente do próprio Departamento de Fiscalização na sequência de acções inspectivas, ou das unidades dos Centros Distritais que tutelam as áreas das contribuições e prestações), até à remessa do processo ao Ministério Público, os NIC's, através dos seus técnicos instrutores, praticam uma série de actos ou diligências. A título exemplificativo, descobre e recolhe prova documental, inquire testemunhas, constitui arguidos e interroga nessa qualidade os suspeitos da prática dos crimes *"Contra a Segurança Social"*, aplica-lhes a medida de coacção Termo de Identidade e Residência, etc.

No final das investigações, elabora parecer fundamentado onde conclui, por regra, com uma proposta de acusação ou de arquivamento e remete-o ao Ministério Público, juntamente com o auto (processo) de inquérito. Este, por sua vez, profere despacho de encerramento do inquérito, deduzindo acusação (submissão do arguido a julgamento) ou arquivando-o (inexistência de indícios suficientes da prática do crime ou dos seus agentes ou estes ressarciram a Segurança Social do prejuízo).

Por último, é importante referir que toda a actuação do NIC se desenvolve sob *"directa orientação"* e na *"dependência funcional"* do Ministério Público, entidade que dirige o processo. Poder de orientação que lhe permite a emissão de directivas e o controlo sob o conteúdo e o sentido das investigações, podendo até mesmo avocar, ou seja, chamar a si o processo.

Esperemos assim ter contribuído para um melhor conhecimento desta vertente *"penal"* do combate à fraude e evasão contributiva e prestacional e da importante função prosseguida nesse âmbito pelos Núcleos de Investigação Criminal do Departamento de Fiscalização do ISS, função pouco conhecida, mesmo internamente, a que não será alheia a visão *"assistencialista"* com que a Segurança Social e os seus Serviços, por decorrência, são tradicionalmente vistos. □



Nuno Lourenço
Cabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
nuno.j.lourenco@seg-social.pt

Conferência Internacional do Movimento Europeu

Realizou-se nos dias 15 e 16 de Outubro, no Auditório da Fundação Montepio, em Lisboa, a Conferência Internacional do Movimento Europeu, organizada pelo Movimento Europeu Internacional e o Instituto da Segurança Social (ISS), subordinada ao tema "Combate à pobreza e à exclusão social, durante a crise económica e para além dela: o método da governação a vários níveis".

Esta Conferência teve o propósito de reunir os actores da sociedade civil, as autoridades públicas locais, nacionais e europeias, para discutirem a Solidariedade e a Coesão Europeia. À luz do horizonte 2020 e no contexto do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, os participantes debateram os desafios do pós-crise e avaliaram a necessidade de uma forma flexível de governo, capaz de responder à mudança.



A governação a vários níveis abriu as portas a uma forma de governação mais participativa e inclusiva, criando espaços para discussão de soluções mais inovadoras e que tentam responder à questão do que a Europa necessitará para conseguir lidar com o tema complexo que é a erradicação da pobreza.

Vários foram os espaços de debate ao longo da Conferência, todos os participantes tiveram a oportunidade de colocar questões e opiniões reveladoras da preocupação unânime de todos pelo problema complexo da pobreza e as consequências reais da crise económica para este problema.



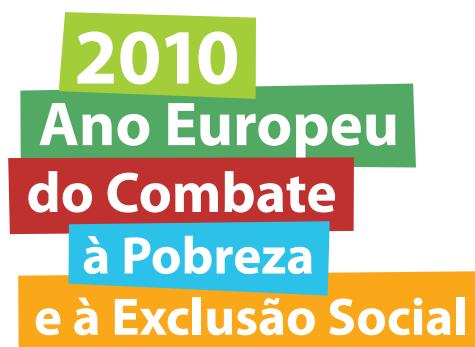
Estiveram presentes na Conferência o Coordenador Nacional do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social e Presidente do Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho (na Sessão de Encerramento, em representação da Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Maria Helena André), o Presidente do Movimento Europeu Internacional, Pat Cox, o Presidente do Conselho Directivo da Fundação Charles Léopold Mayer e Perito da Governação a Vários Níveis, Pierre Calame, a Presidente da Comissão do Parlamento Europeu para o Emprego e os Assuntos Sociais, Pervenche Berès e a Conselheira Especial para as Políticas Económicas da União Europeia, Maria João Rodrigues. □

Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social

Balço das actividades do 4º trimestre

**Equipa Técnica de Apoio ao
AECPE 2010**

2010.combateapobreza@seg-social.pt



Neste artigo passaremos em "revista" as principais iniciativas desenvolvidas no âmbito do AECPE 2010, no quarto trimestre do ano.

Encontros Temáticos Distritais (Beja e Faro)

Dando continuidade à organização pelos Centros Distritais de Segurança Social dos Encontros Temáticos mensais, dirigidos à população em geral e que visam promover o envolvimento e participação de todos, realizaram-se os encontros de:

Beja, 27 de Outubro, Centro de Formação Profissional de Beja, subordinado ao tema "Contra as Barreiras da Diferença", com a participação de cerca de 200 pessoas.



Faro, 19 de Novembro, Biblioteca Municipal de Faro, subordinado ao tema "A minha casa é a Rua", com a participação de cerca de 70 pessoas.



Marcha e Corrida do Combate à Pobreza e à Exclusão Social: Desporto pela Inclusão



No dia 17 de Outubro, Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, teve lugar a Marcha e Corrida do Combate à Pobreza e à Exclusão Social: Desporto pela Inclusão. Este evento resultou de uma parceria com o Instituto do Desporto de Portugal, com o Programa Nacional de Marcha e Corrida, com a Federação Portuguesa de Atletismo e com a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência.

Esta Marcha e Corrida realizou-se, em simultâneo, em cinco cidades do país (Alcoutim, Évora, Lamego, Lisboa e Mealhada) e contou com a participação de 1739 pessoas no total das 5 cidades, entre anónimos, atletas e ex-atletas (como o Carlos Lopes, o Fernando Mamede, a Rita Borralho, o Nuno Delgado e a Aurora Cunha), e as Embaixadoras do Ano Europeu Paula Reis e Sandra Barata Belo.

O pequeno-almoço com jornalistas que antecedeu a partida da corrida em Lisboa foi oferecido pela empresa Verde Alface, tendo as águas sido também oferecidas por diversas empresas do ramo nas 5 cidades envolvidas, nomeadamente pelas águas Luso.

Conferência Internacional do Movimento Europeu



O Movimento Europeu Internacional e o Instituto da Segurança Social organizaram, nos dias 15 e 16 de Outubro, no Auditório da Fundação Montepio, em Lisboa, a **Conferência Internacional do Movimento Europeu**, subordinada ao tema "Combate à pobreza e à exclusão social, durante a crise económica e para além dela: o método da governação a vários níveis", com o objectivo de discutir a Solidariedade e a Coesão Europeia.

Lançamento do Livro Do Conserto do Mundo



No dia 5 de Novembro, na Biblioteca Municipal Natália Correia, em Lisboa, foi apresentada a obra **Do Conserto do Mundo** e contou com a presença de várias personalidades,

como a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Maria Helena André, o Coordenador do AECPPS, Edmundo Martinho e Lídia Jorge, enquanto embaixadora do AECPPS, autora do prefácio e de um dos contos da obra, entre outros.



Esta obra surge de uma parceria entre a Imprensa Nacional Casa da Moeda e a Coordenação Nacional do AECPPS e teve como objectivo sensibilizar e alertar a população para o direito fundamental das pessoas afectadas pela pobreza e pela exclusão social, ao mesmo tempo que aponta para caminhos de esperança.

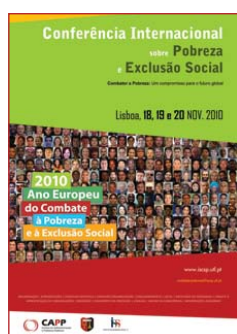
Com coordenação de Ana Maria Martinho, o livro **Do conserto do Mundo** reúne 18 contos sobre Pobreza e Exclusão Social, escritos por 18 autores, a saber, Ana Paula Tavares, Arnaldo Santos, Dulce Maria Cardoso, Gonçalo M. Tavares, Hélia Correia, Isabel Zambujal, João de Melo, Lídia Jorge, Mário de Carvalho, Mário Cláudio, Miguel Real, Patrícia Ferraz, Pedro Sena-Lino, Ricardo Cabaça, Ricardo Miguel Gomes, Richard Zimler, Rui Zink e Urbano Tavares Rodrigues. A obra foi disponibilizada com o Jornal de Notícias e o Diário de Notícias, *media partners* do Ano Europeu.

Peer Review



Tendo em conta que o mês de Novembro foi dedicado à temática dos sem-abrigo, o Ano Europeu associou-se à realização de um **Peer Review**, que teve lugar nos dias 4 e 5 de Novembro, em Lisboa, com o objectivo de fazer o balanço da implementação da Estratégia Nacional para os Sem Abrigo. Este Encontro contou com a presença de vários peritos provenientes da Áustria, Escócia, Espanha, Finlândia, Holanda, Hungria, Irlanda, Polónia e Sérvia.

Conferência Internacional sobre Pobreza e Exclusão Social



A Conferência Internacional sobre Pobreza e Exclusão Social, subordinada ao tema **Combater a pobreza: um compromisso para o futuro global**, foi promovida pelo Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e pelo ISS, entidade coordenadora nacional do AEC PES 2010, e decorreu nos dias 18, 19 e 20 de Novembro de 2010.

Tendo em vista o objectivo estabelecido no Programa Nacional para o AEC PES 2010 em Portugal de contribuir para a compreensão e visibilidade do fenómeno da pobreza e seu carácter multidimensional, esta conferência internacional reuniu oradores de reconhecido mérito nestas áreas, promovendo um espaço de partilha, reflexão e discussão sobre o fenómeno da pobreza e as medidas de combate à pobreza, em especial em Portugal mas também ao nível europeu.

Projectão do Filme Ruas da Amargura



Integrado nas actividades do mês de Novembro, que teve como temática "A Minha Casa é a Rua", realizou-se no dia 30, na Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, em Lisboa, a projecção do Filme **Ruas da Amargura**, seguida de um debate, que pretendeu promover a discussão e a partilha desta temática

entre os presentes, sensibilizando para a importância da mobilização de todos nós. Este debate contou com a presença do realizador Rui Simões e de técnicos que diariamente trabalham com pessoas sem-abrigo.



Encontros Temáticos CRC

Dando continuidade aos Encontros Temáticos do Centro de Recursos em Conhecimento (CRC) do ISS, associados ao AEC PES, realizaram-se dois Encontros no 4º trimestre:

- "Contra as Barreiras da Indiferença", decorreu no dia 21 de Outubro e teve como oradores Jerónimo de Sousa e Mário Pereira.
- "A minha casa é a Rua", decorreu no dia 18 de Novembro e teve como oradores Daniel Horta e Teresa Duarte.



Encerramento Nacional do AEC PES

O AEC PES 2010 teve o seu Encerramento Oficial, em Portugal, no passado dia 10 de Dezembro.

A cerimónia, apresentada por Ricardo Pereira, Embaixador do Ano em Portugal, contou com a presença da Coordenadora Europeia do AEC PES, Anne Degrand-Guillaud e do Coordenador Nacional do Ano Europeu, Edmundo Martinho, que efectuou

um balanço do ano em Portugal. Como reconhecimento do trabalho efectuado em prol deste Ano Europeu, foi também, nesta Cerimónia, efectuada a entrega de um Certificado "simbólico" aos Embaixadores presentes (Fernanda Freitas, Ricardo Pereira e Salvador Mendes de Almeida).



Inserido no âmbito do Prémio Europeu do Jornalismo AECPEs 2010, foram também entregues os prémios aos jornalistas portugueses premiados: Filomena Barros, da Rádio Renascença e Luís Villalobos, do Jornal Público.

No encerramento desta participada cerimónia esteve também presente o Comissário Europeu do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, László Andor, e a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Maria Helena André, que estabeleceu a ponte entre o Ano Europeu que agora termina e o Ano Europeu para a Promoção do Voluntariado e Cidadania Activa, que se comemora em 2011.



No final, os presentes assistiram a duas interpretações do Hino AECPEs "Quero Ser", cuja letra é da autoria do Coordenador Nacional do Ano Europeu: uma versão *rap* por um grupo de jovens de turmas do Plano Integrado de Educação e Formação e uma versão do Coro Infantil da Casa Pia de Lisboa, acompanhado por Carlos Alberto Moniz (autor da música).

Encerramento Europeu do AECPEs



A cerimónia de Encerramento Oficial do AECPEs 2010, na Europa, teve lugar nos passados dias 16 e 17 de Dezembro, em Bruxelas.

A sessão de abertura contou com a presença de Sua Alteza Real, a Princesa Astrid da Bélgica, tendo sido presidida pelo Presidente do Serviço Público de Planeamento para a Integração Social da Bélgica, Julien Van Geertsom.

Ao longo do dia 17 foram apresentados os projectos de boas práticas seleccionados pelos diversos Estados Membros, tendo Portugal sido representado pelo Projecto "Redes do Tejo", desenvolvido pela Câmara Municipal de Abrantes.

A entrega dos prémios do concurso de jornalismo, contou com a presença do Comissário Europeu do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, László Andor, e da Embaixadora do Ano Europeu, Lesley-Anne Knight.

Os vencedores europeus das duas categorias do Prémio de Jornalismo do AECPEs 2010 (Jornalismo escrito/on line e Jornalismo audiovisual) foram Steffan Stubager, jornalista Dinamarquês e três jornalistas espanholas (Consuelo Larrán, Evangelina de las Heras e Teresa Herrero). Steffan Stubager venceu na categoria de escrita on-line, com o artigo "O colapso de uma cidade nuclear", publicado no jornal Jyllands-Posten. Consuelo Larrán, Evangelina de las Heras e Teresa Herrero são autoras da peça vencedora da categoria audiovisual, "A Escola da Esperança", exibido no Canal de Televisão Espanhol RTVA Canal Sur.

A Sessão de encerramento contou com a presença do Primeiro Ministro da Bélgica, Yves Leterme, do Vice Presidente do Parlamento Europeu, Isabelle Durant, do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy e do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, tendo sido moderada por László Andor.

A cerimónia oficial foi encerrada pelo Secretário de Estado para a Integração Social e para o Combate à Pobreza, Philippe Courard, e terminou com a assinatura, pelos altos representantes da União Europeia, de uma Declaração que visa perpetuar os valores fundamentais da igualdade, dignidade e solidariedade na criação de uma sociedade igualitária para todos.

O Ano Europeu e as redes sociais

Um dos eixos de abordagem e de divulgação do AECPEs foram as Redes Sociais. Para além do site do Ano Europeu (www.2010combateapobreza.pt), onde se disponibilizou informação sobre os objectivos do Ano, as iniciativas e publicações, o Ano Europeu contou com outras formas de comunicação electrónica, nomeadamente a página no Facebook, e a newsletter on-line, mensal.

Alguns dados estatísticos (até ao final do 4º trimestre do ano):

- Nº de visitas ao site: 142.000
- Nº de fãs Facebook: 18.213
- Assinantes da newsletter on-line: 3.500

Ainda que oficialmente o AECPEs tenha já sido encerrado, o site www.2010combateapobreza.pt ficará activo durante mais um ano de modo a poder ainda divulgar-se informação relativa à avaliação, relatório de actividades, estudos, etc. Por isso continue a consultá-lo e a deixar os seus testemunhos! □

Balanço do Ciclo de Encontros do CRC no âmbito do AECPPES

Liliana Monteiro

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
liliana.p.monteiro@seg-social.pt

A propósito da celebração de 2010 - Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (AECPPES), o Instituto da Segurança Social (ISS), na sua qualidade de entidade coordenadora, levou a cabo, por intermédio do seu Centro de Recursos em Conhecimento (CRC), um ciclo de quatro Encontros sob o lema *Pobreza é Ficar Indiferente! Juntos por Uma Sociedade para Todos*, que teve lugar no seu Auditório da Rua Castilho, em Lisboa. Este ciclo de Encontros, que decorreu nos dias 17 de Junho, 23 de Setembro, 21 de Outubro e 18 de Novembro, dirigiu-se a um público diversificado e foi norteado por um objectivo geral: discutir o tema pobreza e exclusão social, através de diferentes perspectivas e contributos, promovendo um espaço de reflexão e debate entre especialistas, tendo em vista uma maior sensibilização da opinião pública. Do painel de oradores fizeram parte representantes de entidades públicas e privadas, com destacada notoriedade técnica e cívica. Esta iniciativa assentou na consciência de que as prioridades na luta contra a pobreza e a exclusão social assentam no aumento da compreensão e visibilidade desta problemática social, na mobilização da sociedade para o esforço de erradicar a pobreza e as situações de exclusão, bem como na assunção de que a pobreza é um problema de todos.

O **Encontro 1**, designado por **Crescer em Oportunidades**, contou com a moderação do Presidente do Conselho Directivo do ISS e Coordenador Nacional do AECPPES, Edmundo Martinho. Quanto à pobreza infantil referiu que "não temos condições para alterar a situação de todos os pobres do país, mas há uma obrigação que temos: é não deixar que as nossas crianças quando forem adultos estejam exactamente na situação em que estavam os seus pais. Temos essa obrigação e devemos canalizar para aí tudo o que tivermos e formos capazes para que estas crianças possam amanhã ser adultos participantes, qualificados, e com aspirações a uma vida de dignidade e de felicidade que não tiveram os seus pais". Matilde Sirgado, do Instituto de Apoio à Criança (IAC), apresentou aos participantes o *Projecto de Rua* e as suas áreas de intervenção, dando indicação que este Projecto adequou a sua intervenção às necessidades do grupo alvo, com o objectivo de interromper, o mais precocemente possível, o ciclo de marginalidade em que a criança e o jovem

se encontram. Salientou ainda que o *Projecto Rua* tem como finalidade contribuir para a diminuição de crianças e jovens em risco e/ou perigo, promovendo a sua reinserção sócio-familiar, sob o lema «quebrar silêncios, devolver sorrisos».



Madalena Marçal Grilo, da UNICEF, apresentou o projecto desta entidade em Portugal e sublinhou: "às pessoas que gostam de dizer que as crianças são o futuro, digo que elas são também o presente, pensá-las só como futuro é redutor e não as reconhece como sujeitos de direitos hoje". [É prioritário contribuir para a sobrevivência e protecção das crianças desde os primeiros dias de vida e ao longo da adolescência].

No **Encontro 2**, referente ao lema **«Idosos - O Futuro Continua»**, António Manuel da Fonseca, da Universidade Católica Portuguesa do Porto, inspirado pela necessidade de aprofundamento de uma visão positiva do envelhecimento humano, conduziu a sua comunicação no sentido de fundamentar a possibilidade de promoção de desenvolvimento psicológico no decurso do processo de envelhecimento. Este orador referiu que o envelhecimento é, em si mesmo, um processo adaptativo, e dá relevo à experiência individual. Segundo as suas palavras "a identidade do eu em desenvolvimento mantém-se no controlo da vida redefinindo objectivos, de forma a otimizar a adaptação. Elsa Trigo, da Associação Portuguesa de Psicogerontologia, abordou o tema de acordo com uma

dupla perspectiva - saúde e psicossocial -, enquanto áreas chave do processo de envelhecimento. Defendeu, aliás, que o envelhecimento activo é um aspecto central, devendo ser promovido, quer a nível individual, quer a nível colectivo.



No **Encontro 3**, que assumiu a expressão «**Contra as Barreiras da Diferença**», Mário Pereira, da Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência, referiu que as entidades que apoiam as pessoas com deficiência devem tornar-se mediadoras, ou seja, devem construir «pontes» que permitam a realização da pessoa. O apoio deve ser entendido como «apoio bengala», que não diz qual o caminho, mas ajuda a descobrir o caminho adequado. É importante criar relações, partilhar o poder, e fazer um planeamento centrado na pessoa. De acordo com este orador, "não podemos mudar uma pessoa com deficiência, mas podemos mudar o seu estatuto comunitário". Jerónimo de Sousa, do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, iniciou a sua comunicação



com a seguinte questão "existem barreiras da diferença ou à diferença?". Referiu depois que existe uma correlação forte entre deficiência e pobreza e exclusão, quase determinística, e que deve existir uma recusa da diversidade

funcional como causa da pobreza e da exclusão. Fez questão de dizer ainda que não é possível ficarmos indiferentes a estas problemáticas "em nome da consciência moral e de todos os valores universais. Temos como desafios uma sociedade digna, aberta e inclusiva e necessitamos de desenhar linhas de acção que passam pela criação de oportunidades, qualificação dos sujeitos, activação dos sujeitos, mobilização e responsabilização, contratualização social, e qualificação das políticas e das respostas".

No **Encontro 4**, subordinado à questão «**A minha Casa é a Rua**», Teresa Duarte, da Associação para o Estudo e Integração Psicossocial, apresentou aos participantes o programa *Casas Primeiro*, «a chave para a integração», que se destina a pessoas sem-abrigo e que oferece apoio na escolha, obtenção e manutenção de uma casa individual, digna,



permanente e integrada na comunidade. Programa este que proporciona o acesso imediato a uma habitação individualizada e dá prioridade a pessoas que se encontrem a viver na rua na cidade de Lisboa, com problemas de saúde mental. Esta oradora apresentou ainda alguns testemunhos de participantes no Programa, que relatam que após terem as casas, pensam nas necessidades de apoios futuros, "Depois da casa, abre-se um leque de possibilidades às nossas opções de Vida". Daniel Horta, da Associação Sem-Abrigo do Porto, sublinhou: "A rua é um vício muito grande, porque o sem-abrigo vai perdendo a esperança, vai deixando de acreditar que é possível mudar. Perde também a dignidade e a auto-estima. É fácil ter vontade, o difícil é ter oportunidades para sair da rua. As Associações existem, mas não actuam, estive 4 anos da minha vida na rua, a contar a história da minha vida a várias entidades, sem nada acontecer. Tem de haver uma preparação para a pessoa sair da rua. Ser sem-abrigo é estar no meio da multidão e sentir a solidão e a exclusão". O M.A.S.A. é um Movimento constituído por gente que viveu na rua, gente que sabe, melhor que qualquer político, instituição ou associação, o que é ser Sem-Abrigo.

Em jeito de finalização, resta concluir que oradores e participantes estiveram juntos por uma sociedade para todos, não tendo havido lugar para a indiferença. □



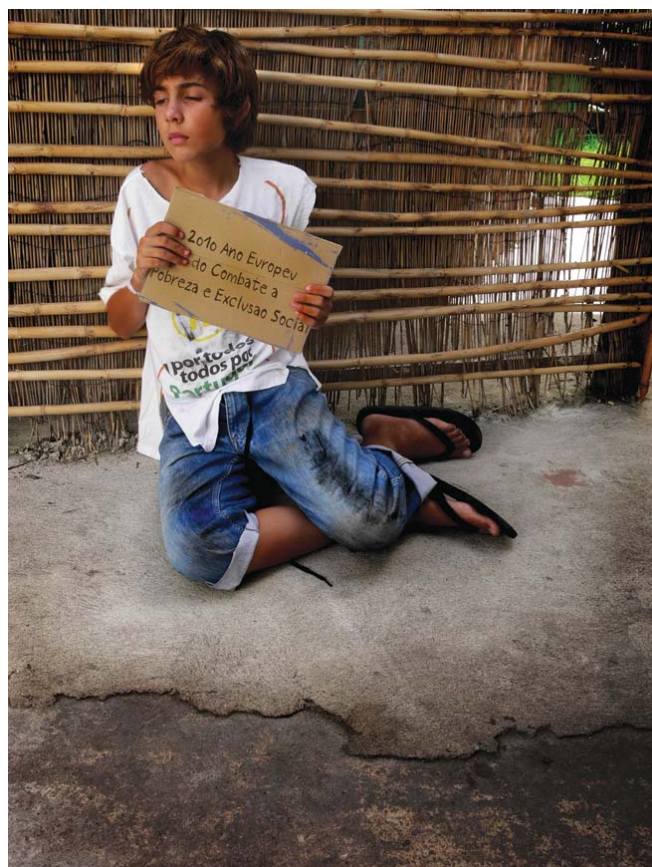
Projecto Entre Todos

A Pobreza e a Exclusão Social são fenómenos que têm acompanhado lado a lado todas as sociedades, desde os tempos mais primórdios e tradicionais aos mais modernos e desenvolvidos. Tal como outros fenómenos, que se perpetuam no tempo, a pobreza e a exclusão têm evoluído e sofrido transformações, moldando-se aos diferentes contextos onde se inserem, mas, na verdade, nunca deixando de existir!

No entanto, acreditamos que 2010 pode ser um ano de mudança, ou melhor, o ponto de partida para a mudança, impulsionado pelas várias iniciativas de âmbito nacional e europeias. O Projecto Entre Todos, promovido pela Intervir.Com - Associação de Promoção da Saúde, Desenvolvimento Social e Cultural, integra-se no Programa Nacional "2010 Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social", com o objectivo de desenvolver acções, ao longo do ano, que sensibilizem a comunidade para a necessidade

de combater o fenómeno da Pobreza e Exclusão Social numa lógica de co-responsabilização colectiva e, em simultâneo, obter maiores níveis de coesão social.

O projecto Entre Todos tem 4 eixos de acção, campanhas formativas, informativas e publicitárias, culminando num encontro de reflexão sobre o tema. Desta forma, e em articulação com o Projecto Intervir.Com (Programa Escolhas/ACIDI), estamos a desenvolver neste momento as campanhas publicitárias, que contam com a participação de várias crianças e jovens, e comunidade local. Esta iniciativa culminou com uma exposição, patente ao público na Biblioteca Municipal Manuel do Tojal, em Vila Nova de Santo André. Esta campanha de sensibilização, de carácter itinerante, pretendeu envolver a comunidade local nesta problemática e divulgar a nossa mensagem: "Porque só Entre Todos é possível!". □





Projecto "Como são a pobreza e a exclusão social no concelho de Palmela?"

Na sequência de uma reunião do Concelho Local de Acção Social de Palmela, o Centro Social de Palmela é a entidade líder de uma parceria que envolveu a Câmara Municipal de Palmela, Centro Social de Quinta do Anjo, Junta de Freguesia de Palmela, Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Junta de Freguesia de Marateca, Centro Comunitário São Pedro - Cáritas Diocesana de Setúbal, Associação Idosos de Pinhal Novo, Fundação COI, Igreja Paroquial de São Pedro de Palmela, Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal, Casa do Povo de Palmela, Fundação Robert Kalley, União Sol Crescente da Marateca e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Palmela, que culminou com uma candidatura "Como são a Pobreza e a Exclusão Social no Concelho de Palmela?" ao Programa Nacional para o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (PNAECPPS), e que ao ser aprovada, desde Maio de 2010, está a concretizar o seu plano de acção.

É um projecto assente essencialmente nos recursos da parceria local, daí o volume financeiro total da candidatura rondar os 9.000 euros.

Assume-se como um projecto ambicioso à escala local, enquadrado pelo Conselho Local de Acção Social e tem três acções:

Ação 1: Concurso junto das crianças e jovens das escolas públicas, privadas e da rede social para a execução do Cartaz do Concelho de Palmela do AECPPS e distribuição pelas



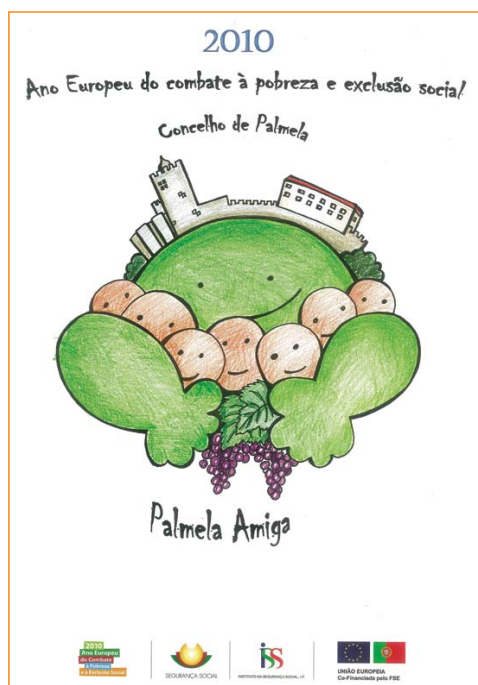
Freguesias do Concelho de Palmela que culminou com o 1º Fórum do projecto onde para além da apresentação do projecto à comunidade se fez a entrega de prémios na Biblioteca Municipal de Palmela, no dia 18 de Junho.

Acção 2: Testemunhos dos destinatários das medidas de combate à pobreza e exclusão social com 5 encontros comunitários em cada uma das 5 freguesias do Concelho de Palmela e que culminou no dia 17 de Setembro na Biblioteca Municipal do Pinhal Novo, com a realização do 2º fórum do projecto "Testemunhos" com a presença da Presidente da Câmara Municipal de Palmela, Ana Teresa Vicente, da Directora do Centro Distrital de Setúbal do Instituto da Segurança Social, Fátima Lopes, e da Adjunta do Governador Civil do Distrito de Setúbal, Cláudia Louzada.



Acção 3: Criação do Observatório da Pobreza e Exclusão Social do Concelho de Palmela, que fará o levantamento das respostas formais e informais existentes e uma caracterização sumária das famílias carenciadas do Concelho de Palmela. Terminado o projecto, o observatório terá a sua continuação como um grupo de trabalho permanente do Concelho Local de Acção Social de Palmela que manterá, actualizará e ampliará o conhecimento da temática da pobreza e da exclusão social no Concelho.

Como dizem os jovens que fizeram o cartaz vencedor do AEC PES no Concelho de Palmela, apesar de todas as dificuldades de integração social, "Palmela amiga" é o nosso modo de estar, enquanto comunidade. □



Entrelaçar... Olhares, vontades e ideias por uma inclusão social na Península de Setúbal

Rede Europeia Anti-Pobreza
Núcleo Distrital de Setúbal

O entrelaçar de olhares, vontades e ideias são o mote principal para a promoção da inclusão social da Península de Setúbal. Dependente da criação de processos de animação de cidadania e dinâmicas de participação activa, este Projecto, financiado



pelo Programa Nacional do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social e executado pela Rede Europeia Anti-Pobreza, Núcleo Distrital de Setúbal, visa a implicação colectiva das comunidades locais nos processos de (re)definição de estratégias de combate à pobreza e exclusão social e das agendas locais de intervenção.

Tendo por âmbito a abrangência territorial da Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal e estrategicamente sustentadas no partenariado e na criação de sinergias, têm sido desenvolvidas várias acções. O reforço de competências e conhecimentos dos técnicos através da realização de dois *Workshops Formativos*, e a realização de *Encontros Comunitários* com vista à identificação de estratégias de intervenção no combate à pobreza e exclusão social, em cada um dos nove concelhos deste território, cujos temas decorreram dos problemas sentidos e identificados pelas Redes Sociais e entidades com actuação relevante nestes contextos. Por outro lado, pretendemos promover um seminário de divulgação dos resultados alcançados, promovendo o debate sobre os desafios identificados e abordados. É pois este o principal intuito deste Projecto: extrair todo um conjunto de experiências e ideias e desenvolver um processo de construção de "novas" práticas, que permitirão lançar desafios e orientações futuras para o combate à pobreza e exclusão social! Um desafio constante e certamente determinante! □

Campanha de sensibilização sobre Violência Contra as Pessoas Idosas



 cupido

O ABANDONO MAGOA. E MUITO.

Quando alguém é desprezado e deixado à sua sorte, isso deixa marcas. Tão ou mais profundas quanto as que são provocadas por violência física. Se tiver conhecimento de sequestro, abandono, violência financeira ou outro tipo de violência sobre idosos Ligue para a APAV. O silêncio pode magoar ainda mais.

Projecto / Apoiado financeiramente pela:

 **títono**
Associação de Apoio à Pessoa Idosa

Apoio:

 **Montepio**

APAV
associação portuguesa de
Apoio à Vítima

707 20 00 77
10 - 13h / 14 - 17h - dias úteis

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lançou uma Campanha de Prevenção e Sensibilização Pública sobre a Violência contra as Pessoas Idosas, enquadrada no projecto Títono - Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência.

Ecos

Licenciamento da actividade Ama

No âmbito do Programa de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) e o Ministério da Assistência e Reinserção Social de Angola (MINARS), decorreu nos dias 6, 7, 8 e 12 de Outubro de 2010 uma acção de formação na área das Amas, intitulada *Procedimentos no âmbito do Licenciamento da Actividade de Ama*, através do sistema de ensino à distância, localizando-se respectivamente no Centro de Formação à Distância da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, e no Centro de Estudos de Ensino à Distância da Universidade Aberta, em Lisboa.



A acção de formação visou dar a conhecer o enquadramento técnico-normativo da actividade de Ama que integra uma das respostas sociais do sistema de protecção social português. Nesta acção pretendeu-se apresentar a base conceptual desta actividade, ao nível do processo de licenciamento e de funcionamento, no



intuito de contribuir para uma reflexão/debate interno, no âmbito dos serviços do MINARS, que possa propiciar o eventual lançamento em Angola de uma actividade semelhante.

Estiveram presentes cerca de 56 formandos, provenientes de 18 províncias de Angola, técnicos do MINARS com experiência e formação na área da educação de infância. A dinamização da acção foi da responsabilidade das formadoras Clara Guterres e Alexandra Sequeira do Departamento de Desenvolvimento Social/Unidade de Respostas Sociais do Instituto da Segurança Social (ISS).



Considerada enriquecedora para o reforço técnico dos colaboradores daquele Ministério, esta formação irá contribuir, de forma decisiva, para uma reflexão mais profunda sobre o enquadramento geral desta resposta social e a sua adequação à realidade social e económica de Angola.

Clara Guterres
Alexandra Sequeira
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.clara.guterres@seg-social.pt
m.alexandra.sequeira@seg-social.pt

Sistema de Qualificação das Respostas Sociais

Em Novembro, a Unidade de Respostas Sociais do Departamento de Desenvolvimento Social disponibilizou a todos os Centros Distritais de Segurança Social os folhetos de divulgação do Sistema de Qualificação das Respostas Sociais (SQRS).

Estes folhetos destinam-se à população em geral e pretendem informar o cidadão sobre as características gerais do SQRS, a marca de qualidade do Instituto da Segurança Social "Resposta Social Certificada" e as vantagens da certificação para os clientes das Respostas Sociais.

Cláudia Silva

Unidade de Respostas Sociais
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
claudia.f.silva@seg-social.pt



Perfiss: Apresentação da Metodologia de Concepção de Referenciais de Competências

Decorreu no dia 14 de Dezembro, em Lisboa, a Sessão de Apresentação da Metodologia de Concepção de Referenciais de Competências do Projecto PERFISS, do Instituto da Segurança Social (ISS).

Na Sessão estiveram presentes os Vogais do Conselho Directivo e *sponsors* do projecto, António Nogueira de Lemos e José Silva e Sá, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, Carla Peixe, e o Director do Departamento de Prestações e Atendimento, Clemente Galvão.

promoção do conhecimento, qualificação e valorização dos recursos humanos, como alavanca do desenvolvimento organizacional.



Ao longo de toda a Sessão, foram vários os responsáveis técnicos que apresentaram um conjunto de temáticas relativas ao Projecto PERFISS - *Perfis de competências no ISS, I.P.*, que se centra na

O Coordenador do Projecto, Francisco Burnay, terminou a Sessão apresentando os Resultados Globais e manifestando o seu contentamento no que diz respeito à qualidade do produto final obtido, resultado, também ele, de um elevado grau de envolvimento e participação dos trabalhadores e das chefias, quer na disponibilização da informação base como na validação das propostas técnicas. Francisco Burnay agradeceu, por isso, aos trabalhadores do ISS, pela sua dedicada colaboração, e ao Conselho Directivo que, pela sua visão e empenho, permitiu a concretização do PERFISS.

Inês Andrade

Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.ines.andrade@seg-social.pt

Sites Voluntariado

Alexandra César

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (Portugal)
<http://www.voluntariado.pt/>



United Nations Volunteer
<http://www.unv.org/>



Portal da Juventude - Voluntariado (Portugal)
<http://www.juventude.gov.pt/Voluntariado/Paginas/default.aspx>



Alliance of European Voluntary Organisations (UE)
<http://www.alliance-network.eu/>



Confederação Portuguesa do Voluntariado (Portugal)
<http://www.convoluntariado.pt/>



Association of Voluntary Service Organisations (UE)
<http://www.avso.org/index/index.htm>



Plataforma del Voluntariado de España
<http://www.plataformavoluntariado.org/>



European Volunteer Center (UE)
http://www.cev.be/1-news_home-EN.html



Service Civique - Ministère de la Jeunesse et des Solidarités Actives (França)
<http://www.service-civique.gouv.fr/>



Community Service Volunteers (CSV) (Reino Unido)
<http://www.csv.org.uk/volunteering>

Bibliografia Temática

Igualdade de Oportunidades

Alexandra César

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

A gestão da diversidade em pequenas e médias empresas europeias [Texto policopiado]. [ed. lit.] Instituto para o Desenvolvimento e Investigação em Marketing ; coord. Sandra Gomes. [Matosinhos : IPAM], 2008. 223, [1] p ; 30 cm. Bibliografia : p. 204-207. ISBN 978-989-8034-13-7.

BENNETT, John - *Serviços de Apoio à Infância e Igualdade de Oportunidades. Infância na Europa*. - Lisboa. - N.º 13 (2007), p. 9-11.

PERISTA, Heloísa ; SILVA, Alexandra, elab. - *Igualdade de género na vida local : o papel dos municípios na sua promoção = Gender equality in local life : the role of municipalities in promoting*. Lisboa : Centro de Estudos para a Intervenção Social. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009. - 78, [2] p. ; 21 cm. - (Trilhos da igualdade ; 3). ISBN 978-972-597-309-7.

CESIS - CENTRO DE ESTUDOS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL ; PORTUGAL. COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO, co-aut ; INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA, co-aut - *Solucionário : um instrumento para a promoção de boas práticas em igualdade de género nas empresas*. Lisboa : CITE, 2008. 135, [2] p ; il ; 30 cm. + CD-ROM. ISBN 978-972-8399-25-2. ISBN 978-972-8399-26-9 (CD-ROM).

Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e protocolo opcional. Lisboa : INR, 2009. 41 p ; 20 cm. ISBN 978-989-8051-17-2.

Europe's ethnic minorities and the labour market [Documento electrónico] : good EQUAL practice in five european countries : a joint publication of the European Network of Ethnic Diversity in Employment (ENEDE). Dados. Vilnius : Lithuanian Children's Fund, 2008. 1 disco óptico (CD-ROM) : color ; 12 cm. ISBN 978-9955-9997-1-3.

EUROPEAN BROADCASTING UNION. Intercultural and Diversity Group - *A diversity toolkit : for factual programmes in public service television*. Intercultural and Diversity Group of the European Broadcasting Union ; compil. by Lynne Polak. [Vienna] : European Union Agency for Fundamental Rights, 2007. 119 p ; 32 cm. + 1 DVD. Publicação em folhas móveis. ISBN 978-92-9192-200-0.

EUROPEAN NETWORK OF LEGAL EXPERTS IN THE NON-DISCRIMINATION FIELD - *Limits and potencial of the concept of indirect discrimination*. Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2008. 87, [1] p. : il. ; 30 cm. ISBN 978-92-79-10150-2.

KARIMO, Neila - *Igualdade de oportunidades e diminuição das barreiras no acesso ao mercado de trabalho português : a importância das parcerias*. Migrações. - ISSN 1646-8104. - N.º 2 (Abr. 2008), p. 163-169

Livro branco sobre o diálogo intercultural : viver juntos em igual dignidade. Strasbourg : CE, cop. 2009. 80 p ; 24 cm.

Modelo integrado de actuação com a população cigana : metodologias e estratégias : Projecto Coimbra Cidade de Todos. [Coimbra : CM], D.L. 2008. 191 p ; il ; 21x30 cm.

PERDIGÃO, Ana ; PINTO, Ana Sotomaior, co-aut - *Guia dos direitos da criança*. 3.ª ed. rev. e actualizada. Lisboa : Instituto de Apoio à Criança, 2009. XV, 372, [14] p ; il ; 24 cm. ISBN 978-972-8003-35-7.

PLANTENGA, Janneke ; REMERY, Chantal, co-aut ; RUBERY, Jill, co-aut - *Gender mainstreaming of employment policies : a comparative review of 30 european countries*. Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2008. 77, [2] p ; 30 cm. ISBN 978-92-79-07462-2.

PLANTENGA, Janneke ; REMERY, Chantal, co-aut - *The gender pay gap : origins and policy responses : a comparative review of 30 european countries*. Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2006. 62, [1] p ; 30 cm. ISBN 92-79-02565-1.

PORTUGAL. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género - *Agenda da igualdade 2005-2009*. Lisboa : CIG, 2009. 174 p ; il ; 24 cm. + 1 CD-ROM. ISBN 978-972-597-318-9.

PORTUGAL. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género - *Igualdade de género em Portugal*. 3.ª ed. Lisboa : CIG, 2009. 205 p ; 21 cm. ISBN 978-972-597-319-6.

PORTUGAL. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - *Relatório sobre o progresso da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional : relatório Lei n.º 10/2001, de 21 de Maio, 2006-2008*. Lisboa : CITE, 2009. 86 p. ; 30 cm. ISBN 978-972-8399-42-9.

PORTUGAL. Instituto Nacional para a Reabilitação - *Pessoas com deficiências ou incapacidade : uma estratégia para a promoção dos direitos e a qualidade de vida*. Lisboa : INR, 2009. 51 p ; 22 cm. (Informar ; 4). ISBN 978-989-8051-15-8.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular - *Educação inclusiva : da retórica à prática : resultados do plano de acção 2005-2009*. Lisboa : DGIDC, 2009. 49, [2] p ; il ; 20 cm. ISBN 978-972-742-314-9.

PORTUGAL. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, co-aut - *Referencial de formação em igualdade de género para consultores/as e auditores/as*. Lisboa : CITE, 2008. 119, [1] p ; 30 cm. + 1 CD-ROM. ISBN 978-972-8399-27-6. ISBN 978-972-8399-28-3 (CD-ROM).

PRECHAL, Sacha ; BURRI, Susanne, co-aut - *EU rules on gender equality : how are they transposed into national law?*. Luxembourg : Publications Office of the European Union, 2009. 39, [2] p ; 30 cm. ISBN 978-92-79-12975-9.

Bibliografia Temática

PRO(E)QUALITY - *Agindo para a igualdade : padrões de qualidade para a formação em igualdade de género e diversidade na UE*. Lisboa : Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2008. 49 p ; 25 cm. ISBN 978-972-8399-35-1.

PRO(E)QUALITY - *Princípios para uma implementação bem sucedida das medidas de igualdade (integração da perspectiva de género e gestão da diversidade) nas empresas/organizações : Áustria, Alemanha, Polónia Portugal, Eslováquia*. Lisboa : Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2008. 41 p ; 25 cm. ISBN 978-972-8399-33-7.

PROJECTO REVALORIZAR O TRABALHO PARA PROMOVER A IGUALDADE ; CGTP-IN, ed. lit - *Referencial de formação : igualdade salarial entre homens e mulheres*. Projecto Revalorizar o Trabalho para Promover a Igualdade ; [ed. lit.] Confederação Nacional de Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional... [et al.]. [Lisboa] : CGTP-IN, 2008. 45, [1] p ; 24 cm. + 1 CD-ROM.

PROJECTO REVALORIZAR O TRABALHO PARA PROMOVER A IGUALDADE ; CGTP-IN, ed. lit - *Valor do trabalho e igualdade de género : guia para a aplicação de uma metodologia de avaliação do valor do trabalho sem enviesamento de género*. Projecto Revalorizar o Trabalho para Promover a Igualdade ; [ed. lit.] Confederação Nacional de Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional... [et al.]. [Lisboa] : CGTP-IN, 2008. 79, [1] p ; 30 cm. + 1 CD-ROM.

RAMOS, Natália - *Crianças e famílias em contexto migratório e intercultural : desafios às práticas e políticas educacionais, sociais e de cidadania*. In Natália Ramos, coord. . - Educação, interculturalidade e cidadania. - Bucareste : Milena, 2008. - ISBN 978-973-7873-20-0. - P. 53-72.

The politics of diversity in Europe. Strasbourg : Council of Europe, cop. 2008. 198, [1] p ; 24 cm. ISBN 978-92-871-6171-0.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades - *Communicating equality and non-discrimination in the European Union*. Luxembourg : Office

for Official Publications of the European Communities, 2008. 30, [1] p : il ; 30 cm. ISBN 978-92-79-08926-8.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades - *Ensuring accessibility and non-discrimination of people with disabilities : toolkit for using EU Structural and Cohesion Funds*. Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2009. 47 p ; 25 cm. ISBN 978-92-79-11741-1.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidade - *EU action against discrimination : activity report 2007-08*. Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2009. 35, [1] p : il ; 30 cm. ISSN 1831-4554.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Grupo de Peritos em Género e Emprego - *Gender segregation in the labour market : root causes, implications and policy responses in the EU*. Luxembourg : Publications Office of the European Union, 2009. 111, [4] p. ; 30 cm. ISBN 978-92-79-12435-8.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades - *More women in senior positions : key to economic stability and growth*. Luxembourg : Publications Office of the European Union, 2010. 68 p ; 30 cm. ISBN 978-92-79-14415-8.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades - *The role of NGOs and trade unions in combating discrimination*. Luxembourg : Publications Office of the European Union, cop. 2009. 53, [1] p : il ; 30 cm. ISBN 978-92-79-13157-8.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades - *Women in European politics : time for action*. Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2008. 61, [2] p ; 30 cm. ISBN 978-92-79-11122-8.



**AGORA
JÁ NÃO PRECISA DE IR À
SEGURANÇA SOCIAL PARA
SER ATENDIDO**

Ligue 808 266 266, dias úteis das 08h00 às 20h00
ou envie um e-mail em www.seg-social.pt

A distância mais curta para a Segurança Social



NOVO PRAZO DE PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

REGIME GERAL TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM

O **pagamento das contribuições e quotizações** passa a ser **efectuado do dia 10 ao dia 20** do mês seguinte àquele a que respeitam.

Ou seja, o **pagamento** do mês/referência **Janeiro 2011 é efectuado do dia 10 ao dia 20 de Fevereiro.**

O Pagamento do mês/referência Dezembro de 2010 é efectuado até dia 15 de Janeiro 2011 como anteriormente.

Segurança Social agora e sempre



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.